

DOI:10.4025/5cih.pphuem.1904

A Concentração Industrial e Agrícola no Final do Século XIX na Visão Crítica da Historiografia Atual

Roberta Barros Meira¹

Resumo: Ao analisarmos os principais temas que priorizaram as discussões voltadas para a agricultura durante o final do Império, nota-se que o foco deste debate concentrou-se nas questões relacionadas à modernização, ou seja, no enquadramento dicotômico atraso versus progresso. Apesar da relevância que esta questão alcançou no período, percebe-se que este debate foi tratado de forma periférica em prol de assuntos também vigentes nesse momento, que parecem ter despertado uma maior atenção dos pesquisadores, como a escravidão, a produção cafeeira, as políticas monetárias, a imigração, dentre outros.

Nosso principal grupo de fontes é formado pelos documentos oficiais produzidos pelo Governo Imperial, os relatórios técnicos e a legislação. Trabalhos, assim, com uma historiografia que analisou este tipo de documentação, buscando entender o processo de reestruturação do sistema produtivo que se daria na indústria sacarina neste momento.

Dessa forma, busca-se neste trabalho dar uma idéia do estado de coisas que clarificam o entendimento do conjunto de posições e atitudes características dos senhores de engenho e concessionários dos engenhos centrais, frente ao debate da necessidade da centralização agrícola e industrial como forma de salvação da indústria açucareira. Ademais, analisa-se o debate da historiografia atual ao posicionamento destes atores que buscavam neste novo sistema produtivo uma resposta ao atraso tecnológico em relação aos outros países produtores.

Palavras-chave: açúcar; modernização; atraso; progresso

Ao contrário do sucesso econômico da produção cafeeira, a idealização da retomada de um passado grandioso, transformou a defesa da modernização em uma saída obrigatória em vista da crise que assolava o setor e, em grande parte, direcionaria todas as ações dos principais atores nesse momento, seja através de pressão por políticas agrícolas de fomento da indústria açucareira ou fundação de associações e de instituições de pesquisa. Nessa ordem de idéias, as definições de progresso e modernização confundem-se e passam a significar a salvação da indústria açucareira.

Essas referências iniciais são importantes para destacar que não se pretende fazer uma análise do conceito de “modernização” em si, acompanhando o seu uso até os tempos recentes². Esse termo com o significado compreendido atualmente passou a ser utilizado principalmente depois de 1950. Apesar da palavra não ser aplicada no Brasil com esse sentido, no período em análise, optamos por empregá-la, posto que, importantes historiadores fizeram uso dela para analisar as incorporações oriundas do capitalismo europeu, principalmente a partir de meados de 1850, quando ocorreram algumas mudanças extremamente significativas. Nesse caso, usaremos esse termo quando nos referirmos principalmente à introdução de maquinário, ou seja, nas palavras da época, - o aperfeiçoamento tecnológico das fábricas de açúcar. Apesar de a ferrovia ser a menina dos olhos de ouro, praticamente todos os setores da economia brasileira sofreram esta influência e tentaram adequar-se aos novos sistemas de produção.³

A noção de modernização, utilizada ao longo desse trabalho, apóia-se no termo cunhado pelo sociólogo Barrington Moore Jr.⁴. Mais explicitamente, o autor refere-se a uma “modernização conservadora”, que foi pensada no sentido de explicar o fraco impulso na modernização ocorrido em alguns países. Não obstante, transplantado para o caso brasileiro, foi utilizado por vários pesquisadores para analisar o que ocorreu no Brasil, entre 1965 e 1985, uma vez que, as mudanças na agropecuária não foram acompanhadas por modificações na estrutura fundiária.⁵

O conceito encontra mais viabilidade quando se fazem presentes de maneira mais intensa às contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade e as transformações na estrutura social, em que deveriam se processar enquanto exigência daquele desenvolvimento. No que concerne à produção sacarina brasileira, a definição “modernização conservadora” pode ser utilizada, porque nesse setor a modernização foi feita pelo alto, pelas elites, sem mudanças nas suas bases estruturais provenientes do período colonial, apoiando-se na intervenção estatal como forma de se manter e se reproduzir.

A maioria dos trabalhos que retomaram o termo relacionou o caso brasileiro ao modelo ocorrido no Japão e na Alemanha, ou seja, a classe comercial e industrial aliou-se a alguns representantes das classes dominantes do antigo regime e realizaram alterações políticas necessárias para uma sociedade industrial moderna, sem alterar a estrutura de dominação já enraizada. Não obstante, as transformações ocorridas na sociedade indiana apontam para o desenvolvimento de um processo de modernização conservadora similar ao brasileiro. Para além da necessidade de adequação a nova divisão do trabalho, estava o preço de uma modificação pacífica de uma agricultura atrasada, ou seja, de baixa produtividade agrícola, gerada em grande parte por uma abundância de terras. Como coloca Moore Jr., as inovações só aparecem porque há uma “*necessidade sentida.*”⁶

Pode-se buscar as raízes deste processo em origens mais remotas. Marc Bloch ao analisar a implantação dos moinhos d'água na Europa delinea perfeitamente o quadro que se impôs com a generalização de algumas inovações técnicas. No caso dos moinhos

d'água, o autor afirma que houve uma dupla coação. Primeiramente, esses senhores viram a necessidade de adotar essas inovações pela penúria de mão-de-obra. Em seguida, eles o impuseram duramente ao seu redor.

Releva notar que os dois trabalhos citados acima convergem na idéia de “necessidade sentida”. Segundo Bloch *“uma invenção só se difunde quando a necessidade social é profundamente sentida: só então a invenção torna-se coisa de rotina.”*⁷ O processo que se deu na indústria açucareira parece compartilhar desse mesmo princípio. O fim do tráfico e a perda do mercado externo seriam grandemente responsáveis pelas idéias de modernização, sendo que posteriormente, essas inovações impor-se-iam pela força e evoluiriam com características quase universais. Como é possível perceber, as novas técnicas, mais cedo ou mais tarde, foram adotadas por todos os países produtores de açúcar.

Como não poderia deixar de ser, a historiografia do período que se aborda está centrada no estudo da principal região produtora de açúcar, o Norte. Em relação ao Sul, poucos são os trabalhos e assim mesmo, em muitos casos, o açúcar não é colocado em primeiro plano. Consistindo a temática da modernização em um importante pilar deste trabalho, tentou-se recuperar esta discussão.

Os trabalhos clássicos de Manuel Correia de Andrade esclareceram em grande parte as dúvidas referentes à evolução da atividade açucareira no Norte.⁸ O autor corrobora como a aplicação de uma modernização conservadora implementada pelas elites, ou seja, mesmo no período das usinas os *“velhos grupos familiares formados na Colônia e no Império mantiveram-se no poder”*, *chegando a ter mais poder de pressão com a Primeira República e a descentralização política.*

Este pensamento também está presente em um dos principais trabalhos que analisam o Norte, uma vez que, Peter Eisenberg parte da idéia de uma “modernização sem mudanças” na sua análise sobre Pernambuco. Ele aponta que a indústria açucareira passou por um processo de desenvolvimento, mesmo que nada tenha mudado na sua estrutura econômica e na ordem social. Esse desenvolvimento ocorreu principalmente pelo forte impulso modernizador na estrutura produtiva, financiado majoritariamente pelo apoio estatal, através de subsídios diretos aos grandes produtores da região.

Acerca dos fatos que o autor expõe em seu trabalho não há como não concordar com a importância da atuação estatal. Nesse caso, o autor faz uma diferenciação entre a forma de atuação do Governo Imperial e do Governo Republicano. Para ele, a política das usinas foi mais acertada do que a dos engenhos centrais, ou seja, o financiamento de empréstimos diretos aos senhores de engenho, levado a cabo pelos governos estaduais. Essa análise é fundamental ao enfatizar a importância do Estado, no entanto, não se pode deixar de pressentir que o surgimento das usinas está profundamente vinculado com o desempenho dos engenhos centrais, sobre os quais pesou a responsabilidade de mudar um setor quase estagnado, a nível nacional ou regional.

Repensando essa questão é manifesto a continuidade. Ao afirmar que o fracasso dos engenhos centrais não desencorajou o interesse de modernizar a indústria do açúcar, Eisenberg reduz a importância do passo dado com os engenhos centrais⁹. A acentuação do fracasso esbarra na permanência e na transformação desses engenhos centrais em usinas durante a Primeira República. O próprio Império eliminou a cláusula da separação entre indústria e lavoura já em 1886¹⁰, ou seja, quebrava-se a espinha dorsal do que até então se compreendia como as fábricas centrais e fundava-se o baluarte das usinas. O modo de pensar diverge aqui no sentido que percebermos uma adaptação, uma continuidade. A idéia de fracasso denota o fim de algo, que a nosso ver, prosperou com

o tempo e teve um papel importante no processo de modernização da indústria açucareira.

É no sentido do trabalho de Jonas Soares de Souza que tentamos buscar referências para consubstanciar nossa hipótese. Segundo ele, com o engenho central iniciou-se a revolução industrial do açúcar no Brasil. O seu aparecimento promoveu a utilização de estradas de ferro e do trabalho livre, a substituição do trabalho animal pelo transporte a vapor, etc. O autor pondera que até a década de 1880, não ocorreram mudanças significativas na indústria açucareira.¹¹

Outro trabalho que analisa o Norte é o de Eul Soo Pang. O autor trabalha com o Engenho Central de Bom Jardim, localizado na Província da Bahia. Segundo ele, em quase todas as províncias, os setores privados defendiam a modernização da estrutura econômica, “*enquanto preservavam estruturas tradicionais, como a escravidão*”. Sob sua ótica, a tecnologia era vista como uma panacéia para a crise do açúcar, ou seja, a elite percebia a necessidade de mudanças. Ademais, o autor destaca o apoio estatal como crucial nesse processo, sendo a lei de 1875, “*o primeiro grande ato sobre modernização agrícola no Império*”. Os engenhos centrais trouxeram um alento pela introdução maciça de insumos tecnológicos e de capital estrangeiro. A modernização é, assim, interpretada como proveniente de influências externas¹². Nesse sentido, o trabalho de Eul Soo-Pang vai de encontro à análise de Richard Graham, que compara a importância do capital inglês na montagem dos engenhos centrais no Norte do Brasil aos investimentos norte-americanos na produção açucareira cubana¹³.

A análise de Queda também aponta nessa direção. Para ele, o Governo Imperial acreditava que o mercado mundial somente seria retomado se o país contasse com um grau elevado de concentração industrial. Como os senhores de engenho não dispunham de capitais, entregou-se a parte fabril aos grupos capitalistas europeus, como os franceses e ingleses¹⁴.

Não há dúvida de que a inovação tecnológica passava pelas mãos dos estrangeiros, uma vez que, o país não fabricava esse maquinismo. No entanto, ao incluir a questão do capital e sem trazer maiores aportes explicativos, os autores prendem-se as idéias originais responsável pela lei n°. 2687, que tomou como base a proposta adotada pelas ferrovias, e que via no capital estrangeiro uma forma de angariar as divisas necessárias para a construção dessas fábricas. Porventura, os engenhos centrais montados com capital nacional foram mais comuns e os que melhor se desenvolveram.

Sob o mesmo viés interpretativo de Eul-Soo Pang, Maria Emilia Prado destaca a importância da lei n°. 2687 para as mudanças ocorridas no setor açucareiro desde então. Para ela, buscava-se fornecer incentivos como forma de suplantar a crise do setor açucareiro. Em um momento marcado pelo processo de consolidação das usinas em detrimento dos engenhos, o Estado teria um papel chave. Ademais, havia uma demanda dos produtores para que o Governo subsidiasse o processo de modernização. A autora chama a atenção para o surto de modernização ocorrido no período, baseado principalmente em artigos adquiridos na Europa e como integrante do pacote do progresso adquirido pelo Governo Imperial. Releva notar que Prado é um dos poucos autores que defende em seu trabalho que não se pode considerar como um fracasso a experiência dos engenhos centrais, uma vez que, “*a tentativa funcionou, a economia açucareira foi capaz de se redefinir, de se estruturar*”¹⁵.

Dé Carli parece comungar de algumas idéias preconizadas por João José Carneiro da Silva, o Barão de Monte Cedro¹⁶. Assim, as suas observações sobre o processo de modernização recaem sobre a necessidade de montagem de fábricas mais

avançadas, todavia, para ele, o processo foi feito de forma acelerada, o que causou vários problemas tanto no período dos engenhos centrais quanto das usinas. O efeito foi a modernização da parte fabril em detrimento da agrícola. Em decorrência, as usinas acabaram concentrando cada vez mais terras e o período seria marcado pela concorrência cada vez maior entre as usinas e os engenhos. Nas palavras de Carli, “*O século XIX afoitamente se ostentando no esplendor do século XX. A rotina lutando contra a técnica. A luta econômica dos tipos de açúcar: bruto e usina*”.¹⁷

Essa questão também foi apontada por Araújo. Para a autora, apesar da modernização, houve uma permanência de práticas empregadas ainda no período colonial, ou seja, máquinas cada vez mais avançadas ao lado de uma grande concentração de terras e capital nas mãos dos usineiros somada a baixíssimos níveis de remuneração dos seus trabalhadores.¹⁸

Apesar da ação dos usineiros serem postas como inexoráveis nestes trabalhos e em outros, esta questão não pode ser simplificada. A construção de fábricas mais moderna, as quais, para serem montadas, necessitariam de um alto capital, moldariam sim as faces da indústria açucareira a partir do final do Império. É preciso, contudo, não esquecer que a luta entre os dois tipos de açúcar representou a transição nem sempre pacífica e rápida para um novo sistema de produção imposto pela elite. Ao Estado coube, então, o papel de financiar progressivamente a modernização do setor e de eliminar, quando assim o fosse possível, as vantagens dos engenhos e engenhocas,

A idéia defendida por Pinassi parte da conclusão que as inovações técnicas, iniciadas em meados do século XIX, significaram uma mudança radical tanto em relação à técnica, os capitais e os rearranjos da base econômica e sociais. Esse processo foi uma decorrência da tentativa de melhorar a colocação do açúcar brasileiro no mercado externo frente os novos países produtores como Filipinas, Java, Cuba, dentre outros.

Cabe-nos colocar até que ponto a política imperial atendeu as demandas dos senhores de engenho e a capacidade desse grupo para pressionar o Governo. Assim é que nesta análise nos aproximamos mais da visão da segunda vertente historiográfica. O que nos interessa particularmente é perceber uma política conjunta, algo que não foi estanque, que se adaptou dos centrais para as usinas. Um processo de modernização pensado para o mercado externo, mas que acabou redirecionado para o consumo interno; grandes fábricas de açúcar convivendo com bangüês; o fim da mão-de-obra escrava dando lugar a novas formas de exploração de trabalho; a luta entre o progresso versus o atraso, ou seja, o que se dignou chamar de “modernização conservadora”.

¹Doutoranda em História Econômica pela USP e bolsista da Fapesp.

² Na datação bibliográfica do dicionário Houaiss o termo modernização aparece pela primeira vez no Novo Dicionário da Língua Portuguesa, da autoria de Cândido de Figueiredo, em 1899. HOUAISS. Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

³ Verbete Modernização in: VAINFAS, Ronaldo (org.) Dicionário do Brasil Imperial: Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

⁴MOORE JR, Barrington. “Democracia na Ásia: a Índia e o preço da modificação pacífica” e “A revolução vinda de cima e o fascismo”. In: As origens sociais da ditadura e da democracia: Senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo. Martins Fontes, 1983, p. 311-404 e 427 - 446.

⁵ PIRES, Murilo José de Souza e RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: Sua origem e utilização no Brasil. In: Revista Econômica do Nordeste, Volume 40, n. 3, Julho-Setembro de 2009, p. 411- 424.

⁶ Na aldeia indiana, conclui-se que as “necessidades sentidas” se apóiam na mesquinha tirania dos oligarcas de aldeia, lutando entre si, mas conservando a sua hegemonia geral através de castas e da estrutura política tradicional da aldeia. Há fortes interesses investidos por trás da relutância em adotar

novos sistemas. Essencialmente, existe o receio por parte das castas dominantes, de perderem os seus proventos em mão-de-obra e pagamento em espécie. Moore Jr. Op. Cit., 1983, p. 396

⁷ BLOCH, Marc. "Advento e conquista do moinho d'água". In: GAMA, Ruy (Org.). História da Técnica e da Tecnologia. São Paulo: Edusp, p. 67.

⁸ ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o homem no Nordeste. São Paulo: Brasiliense, 1973, p. 98 e Nordeste: alternativas da agricultura. Campinas: Papyrus Editora, 1988, p. 21-23

⁹ EISENBERG, Peter. Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco: 1840-1910. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1977.

¹⁰ Em 1886, pelo decreto de 5 de junho, o Governo Central permitiu o funcionamento e aprovou os Estatutos da Cia. Engenho Central de Macaé; no artigo 1º destes estatutos ficava determinado que a citada Cia., poderia, por deliberação da Assembléia geral, adquirir terras para nelas cultivar a cana de açúcar ou arrendá-las a colonos que a cultivassem.

¹¹ SOUZA, Jonas Soares de. Uma empresa pioneira em São Paulo: O engenho central de Porto Feliz. Edição comemorativa do centenário do engenho central de Porto Feliz(1878-1978). Coleção Museus paulistas, volume 7, 1978.

¹² PANG, Eul-Soo. O engenho Central do Bom Jardim na economia baiana: alguns aspectos de sua história: 1875-1891. Rio de Janeiro: NA, IHGB, 1979.

¹³ GRAHAN, Richard. Grã-Bretanha e o início da Modernização no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1973.

¹⁴ QUEDA, Oriowaldo. A intervenção do Estado e a agroindústria açucareira paulista. Tese de Doutorado, FFLCH, USP, 1972.

¹⁵ PRADO, Maria Emilia. Em busca do progresso: os engenhos centrais e a modernização das unidades açucareiras no Brasil. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2000.

¹⁶ CARNEIRO DA SILVA. Op. Cit.

¹⁷ DÉ CARLI, Gileno. Gênese e evolução da indústria Açucareira de São Paulo. Rio de Janeiro: Editores Irmãos PONGETTI, 1943; Aspectos de economia açucareira. Rio de Janeiro: Editores Irmãos PONGETTI, 1942; O processo histórico da usina em Pernambuco. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1942; História Contemporânea do Açúcar no Brasil. Rio de Janeiro: IAA, 1940; A evolução do problema canavieiro fluminense. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1942.

¹⁸ ARAÚJO, Tatiana Brito de. Os engenhos centrais e a produção açucareira no Recôncavo Baiano: 1875-1909. Salvador: FIEB, 2002.